BRASIL, Ministério da Educação; O trabalho com gêneros textuais na sala de aula, p.8-9, 2012.

CARVALHO, M; Guia Prático do Alfabetizador, ed. Ática, São Paulo, p.14-15, 2004.

FARACO, C, A; Linguagem escrita e alfabetização, ed. Contexto, São Paulo, p. 59, 2012.

KRAMER, S; Alfabetização, Leitura e escrita, ed. Ática, São Paulo, p.14-15-99. 2001.

LIMA, R. M; ROSA. L. R; O uso das fábulas no ensino fundamental para o desenvolvimento da linguagem oral e escrita. Revista de Iniciação Cientifica do Unilassalle, v.1, nº1, Maio, 2012. Disponível em: http://revistas.unilasalle.edu.br/index.php/Cippus/article/viewFile/350/289 acesso: março, 2016

MIKA, T; História em Quadrinhos na Alfabetização, 2006. Disponível em: http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2006/anaisEvento/docs/CI-009-TC.pdf acesso em março, 2016.

SANTOS, R.E; VERGUEIRO, W; História em quadrinhos no processo de aprendizado: Da teoria à prática, 2012, Disponível: http://repositorio.uscs.edu.br/bitstream/123456789/244/2/HIST%C3%93RIAS%20EM

%20QUADRINHOS%20NO%20PROCESSO%20DE%20APRENDIZADO.pdf acesso. em março de 2016.

SOARES, M; Alfabetização e Letramento, ed. Contexto, São Paulo, p.18-106, 2010.

TRES, T. A. S; IGUMA. M. A. O; A importância da formação da poesia na formação do leitor, v.3, ed.20, Outubro/2014. Disponível em: A importância da formação da poesia na formação do leitor, acesso em: fevereiro de 2016.

OÑATÍVIA, A, C; Alfabetização em três propostas: Da teoria à prática, ed. Ática, São Paulo, p.18, 2009.

# CONSTRUÇÃO DA IGUALDADE DE GENERO E DA DIVERSIDADE SEXUAL NO ÂMBITO ESCOLAR

## EDUCAÇÃO INFANTIL E FUNDAMENTAL I

JOÃO CARLOS DA CRUZ

**RESUMO**

Este artigo trata a temática de uma abordagem das narrativas existentes em unidades escolares brasileiras publicas municipais e ou estaduais e preferencialmente periféricas, a fim de explanar a realidade existente dentro da Unidade escolar de gestão democrática com relação à construção da diversidade de gênero e a diversidade sexual no âmbito escolar de educação infantil e ensino fundamental I, visando a primeira e segunda infância da criança e o desenvolvimento e aceitação de minorias assim impostas socialmente com relação as estruturas familiares não tradicionais perante a comunidade.

Tem-se por este objeto a reflexão sobre as praticas pedagógicas já inseridas em unidades escolares de ações à serem exemplos para padronização interpessoal e à ser observada por demais gestões como incentivo de tal.

PALAVRAS-CHAVE: Unidade escolar; Igualdade de gênero; Diversidade sexual.

## 1. INTRODUÇÃO

O campo da educação deve assegurar um espaço de cidadania e respeito aos direitos humanos, garantindo a inclusão dos grupos minoritários, tais quais em questões de gênero quanto à diversidade sexual.

Este artigo visa explanar o funcionamento sistemático de uma unidade escolar tal qual suas diretrizes existentes, a fim de incluir as melhores praticas pedagógicas adequadas para a implementação das culturas antifobicas nos grupos estudantis de educação infantil e ensino fundamental I, mais precisamente na primeira e segunda infância.

Explanaremos nos próximos capítulos mais precisamente a constituição das diretrizes de ensino segundo a LDB - Lei de Diretrizes e Bases de Educação Nacional com relação ao funcionamento legal da Unidade escolar visando obviamente encontrar brechas em suas funcionalidade à aplicar melhores praticas.

Mais à frente mencionaremos a relação comunidade-escola que nossas escolas publicas buscam no intuito da interação social entre todos os membros promovendo o respeito da diversificação estrutural familiar.

Finalizaremos esse estudo familiarizando todos os leitores sobre o movimento LGBT+, seus direitos adquiridos, denominações e muito mais.

## 2. INSTITUIÇÃO DE ENSINO

A Unidade escolar é uma importantíssima instituição que auxilia no desenvolvimento social.

As instituições de ensino preparam o sujeito para a vida, ensinando a aprender, a conviver e a produzir, ampliando direitos a todos que almejam progresso e oportunidades de crescimento na vida.

### 2.1 FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Segundo o artigo 22 do Plano Nacional de Educação (PNE), e o artigo 14 da Lei de Diretrizes e Bases de Educação Nacional (LDB 9294/96), mencionam que as instituições definirão as regras da gestão democrática de ensino, obedecendo aos critérios da participação dos profissionais da educação na concepção do projeto pedagógico e a participação da comunidade, escolar e local, em seus conselhos.

A educação no Brasil, embora seja um direito garantido desde a constituição de 1934, reafirmado pela constituição de 1988, foi historicamente negada aos mais pobres, aos negros, aos indígenas, às mulheres. Mesmo em um contexto de universalização da educação básica, o direito à educação ainda tem uma ―potência declarativa bem mais contundente que sua eficácia política‖ (GENTILI, 2009, p. 1060

Na última década o campo do ensino avançou louvavelmente, infelizmente não atrelado aos avanços tecnológicos, globais e sociais, o trabalho das unidades escolares é em conjunto com a equipe gestora e individual com cada aluno e coletiva com a estruturação familiar.

A definição da educação como direito e sua distribuição no Brasil não foi concebida como ―universal‖, mas ―marcada pelos traços dominantes da nossa cultura católica, agrícola e escravocrata, refletidos em um sistema de ensino desorganizado, elitista e seletivo‖ (RANIERI, 2018. p. 16.).

Assim como supracitado por GENTILI e RANIERI as leis e os direitos de educação são sim existentes aniversariando algumas décadas, porem vale salientar que o artigo em questão é concebido a fim de posicionar, promover e propor o que se passa na realidade de instituições brasileiras, pontualmen-

te periféricas.

Com a atualização da LDB 9394/96, que reafirma o direito a educação garantido pela Constituição Federal, estabelecendo os princípios da educação e os deveres, do Estado perante a educação escolar publica, definindo as responsabilidades por meio da colaboração entre União, Estados, Distrito Federal e os Municípios, trazendo mudanças significativas para o processo avaliativo, tanto em caráter pedagógico, quanto legal, fazendo com que a escola reserve momentos adequados para o estudo e discussão do assunto, a procura das possíveis maneiras para seu aprimoramento.

Bianualmente é atualizado o PPP – Projeto Politico Pedagógico que é regido basicamente pelas características físicas, quantitativas e qualitativas, social e estrutural da unidade escolar. Dados como idade, quantidade, cor , raça, religião, gênero, estrutura familiar, distancia de residência à escola, renda média salarial e afins são feitas através de pesquisa à família dos alunos matriculados na escola.

Anualmente o conselho de classe, este estabelecido por pais, funcionários, membros de associação de bairro e afins, escolhidos por candidatura e votação simples, decidem todo inicio de ano letivo com base nas informações adquiridas no PPP qual o planejamento anual com relação a interações sociais entre alunos, sejam festividades, excursões, passeios, exposições e outros a fim de estabelecer as melhores praticas de forma inclusiva com os familiares e também alunos.

## 2.2 UNIDADE ESCOLAR E A COMUNIDADE

Comunidade-escola é um termo extremamente novo proveniente do direcionamento de segmentação de educação e ensino utilizado nas unidades escolares de gestão democrática, que visa basicamente a doutrina que a escola seja tornar instrumento de ensino e as famílias responsáveis pela educação.

Unidades escolares inclusivas deixaram no passado atividades direcionadas como, por exemplo, o DIA DOS PAIS, mesmo sendo uma data comercial imposta socialmente, é simples observar dados nacionais em que aproximadamente 5,5 milhões de crianças ao menos tem o nome de uma figura paterna em seu documento de identificação, a data sugerida é orientada a trabalhar os grupos da unidade seja em qual seguimento for, educação infantil ou mesmo ensino fundamental I, como sendo atividade direcionada à família, pois é inclusiva.

Em uma comunidade em que 80% dos participantes são ou possuem tendência religiosa sendo evangélica, por exemplo, seria de extrema exclusão trabalhar a data comemorativa de São João ou Festa Junina, Julina, tradicionalmente populares no Brasil, é possível alterar a festividade para Festa Caipira, abordando pontos tradicionais da cultura pertencente ao pais, para que tenha maior adesão.

A comunidade-escola se mostra aberta e totalmente atenta a ser mutável e adequar às necessidades em um contexto geral, individual e pertencente aos alunos e aos familiares como um todo

## 2.3 PROCEESSO DE APRENDIAGEM

Educar é a ponte entre a potencialidade e a realidade. (Gun, Murilo)

O processo de aprendizagem têm seus conceitos vinculados à educação, des-

ta forma, a aprendizagem social é tratada como recurso de desenvolvimento evolutivo, consumando um papel significativo na aprendizagem dos indivíduos, sendo estes, juntamente dos professores e familiares, peças fundamentais para este processo pois, é por meio deles que se desencadeia variados tipos de discussões e comportamentos a respeito da aprendizagem e cultura nas escolas.

—A aprendizagem é produzida a partir da capacidade do indivíduo, integrante de sucessivas gerações (individual e coletivamente), de se aprimorar de novos comportamentos que, de forma paulatina, incorpora aos demais conteúdos socioculturais da espécie‖ (LONGHI, 2008, p.131).

Caracterizamos o presente momento social como sendo um período de mudanças e incertezas, onde a busca por valores tem sido de grande valia. Cabendo ao professor administrar uma maneira atualizada de exercer sua função corretamente, da maneira mais eficaz, a fim de contribuir para com a educação do jovem e do cidadão, por meio dos princípios de ensino-aprendizagem escolhidos pelo educador é o que se possibilita a melhora em pratica pedagógica do grupo. Crianças gostam de fazer perguntas sobre tudo. Mas nem todas as respostas cabem num adulto. (Antunes, Arnaldo)

## 2.3 EDUCAÇÃO INFANTIL

Segundo a LDB – Lei de diretrizes e bases nacionais em seu artigo 29 é esperado que na educação infantil, primeira etapa da educação básica tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.

É esperado que o educador infantil aplicasse num papel muito importante no desenvolvimento de uma criança. Entre suas atribuições, esse profissional é responsável por propiciar experiências que ajudem a criança a desenvolver suas capacidades cognitivas, motoras, como por exemplo, atenção, memória, raciocínio, entre outras.

Deixamos no passado o pensamento que educação infantil é apenas o cuidar, pintar e recortar.

A educação infantil auxilia o aluno os primeiros princípios de coordenação motora, psicomotricidade, relação de autoconhecimento e identidade, o saber seu nome, sua idade, os membros de sua família, a relação social com outras crianças e muito mais.

Citando um acontecimento pontual, factual e totalmente verídico, a mobília do grupo de educação infantil é em mini grupos de 5 crianças, com mesas coloridas e cadeiras também. Alunos já acomodados em suas devidas cadeirinhas e um aluno chegou atrasado na aula, tendo apenas uma cadeira da cor rosa disponível, auno este de 4 anos disse que não iria sentar na cadeira, pois — a cor é de meninaǁ, é possível obviamente observar que a criança já veio e casa com pré- conceitos e definições implantadas mesmo tão pequenino. Em nível de curiosidade, foi explicado não aluno que não existe cor de menino ou menina e o responsável foi chamado na unidade a fim de promover a sugestão de conduta a ser trabalhada com a criança.

E totalmente cabível trabalhar com o grupo o dia de brincar de boneca, excluindo totalmente a correlação com gênero, afinal o cuidar é algo incrível, pais, tios, avos e figuras masculinas também possuem condições de cuidar, assim como o faz de conta de preparar alimentos, o famoso, brincar de comidinha, sendo totalmente condizente com a realidade figuras masculinas serem aptas a tal função.

Trabalhamos também o encorajamento das meninas na pratica de atividades ao ar livre, de forma que crianças sejam e se sintam crianças, dando o direito de se sentirem como tal, como crianças.

## 2.4 ENSINO FUNDAMENTAL I

Segundo a LDB – Lei de diretrizes e bases nacionais, cita em seu artigo 32 que o ensino fundamental I se inicia com a criança aos 6 anos, determina como objetivo do Ensino Fundamental a formação do cidadão, mediante: I – o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo; II – a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores e afins.

No ensino fundamental I , também é desenvolvido o social, as crianças já possuem muitos conceitos definidos, assim como percepções com relação ao meio em que vivem e suas particularidades.

No contexto de implementação e parametrização de fins inclusivos nas praticas pedagógicas, é possível focar em atividades externas, como o trabalho em equipe, trabalhar o grupo como um todo, ]uma equipe, sejam em atividades esportivas, já que no fundamental a grade educacional nos da suporte de especialistas de educação Física e também Artística , e o trabalho continua sendo conjunto entre a equipe de professores e familiares.

Oferecer um ensino de qualidade e possibilitar o acesso e permanência do aluno com sucesso na escola, só se torna viável quando o trabalho é a realizado de forma eficiente, nunca deixando de respeitar os interesses e os direitos da comunidade em que está inserida.

Para a formação da escola democrática só se é possível quando se obtém o envolvimento e comprometimento de toda comunidade escolar e com o estreitamento dos laços de parcerias junto a Secretaria da Educação e os demais órgãos que orientam as instituições quanto ao trabalho administrativo, jurídico, pedagógico e financeiro. Enfatizem sempre a valorização humana, sendo o aluno o foco das atenções.

## 3. DIVERSIDADE

Importantíssimo citar neste artigo o momento social, politico, polarizado que vivemos aqui e agora aos fins do ano de 2020, onde é um momento em que as minorias vem tendo oportunidade de militar graças a globalização e visibilidade através da internet.

Quando falamos relações de gênero, estamos falando de poder. À medida que as relações existem entre masculino e feminino são relações desiguais, assimétricas, mantem a mulher subjugada ao homem e ao domínio patriarcal. (COSTA, 2008, p301)

Ainda com relação as definições e predispões , —gênero é um elemento constitutivo das relações sociais baseados nas diferenças percebidas entre os sexos‖ ( SCOTTI, 1990, p.86. Desta forma o conceito gênero encontra-se imbricado nos conceitos de identidade de sexual, de papel sexual e no de relações entre os sexo. SCOTT ainda complementa — gênero é uma forma primária de dar significado as relações de poder, ou seja, relações de poder desenvolvem nas relações sociais.

A hegemonia dos direitos humanos como linguagem de dignidade humana é hoje incontestável. No entanto, esta hegemonia convive com uma realidade perturbadora. A grande maioria da população mundial não é sujeito de direitos humanos. É objeto de discursos de direitos humanos.‖ (SANTOS,

Boaventura de Sousa)

Sejamos responsáveis em compreender a luta minoritária em questão e posicionarmos pelo respeito com base no direito civil como cidadãos comuns e não mais marginalizados.

### 3.1 HISTORIOOGRAFIA DO MOVIMENTO

Os movimentos sociais contemporâneos, em especial os movimentos formados a partir das demandas sociais dos chamados grupos de minorias, estabelecem-se na maior parte das vezes com base em discursos e práticas marcados por identidades, sejam elas de caráter étnico-racial, sexual, de gênero, classe, entre outras. A educação e os processos de escolarização são um alvo importante das lutas sociais, seja por meio da inclusão desses sujeitos, seja por meio da elaboração de políticas curriculares que demonstrem a participação desses indivíduos nas dinâmicas sociais. Especialmente desde a última década, acirraram- se os debates e as reivindicações promovidos pelos movimentos sociais que tratam das questões de gênero e sexualidade, com ênfase não mais no conceito de minoria social, mas na ideia de diversidade sexual e de gênero.

Em 2004, o Governo Federal lançou o Programa Brasil Sem  Homofobia (BSH) com o objetivo de —promover a cidadania de gays, lésbicas, travestis, transgêneros e bissexuais, a partir da equiparação de direitos e do combate à violência e à discriminação homofóbicas‖ (BRASIL, 2004, p. 11). A primeira Conferência Nacional LGBT, em 2008, resultou em um conjunto de demandas, originando um Plano Nacional, lançado um ano após. Outras conferências foram realizadas, em 2011 e em 2016, com a participação de ativistas e gestores públicos, para produzir documentos e definir diretrizes e ações a serem implementadas nas diferentes esferas e áreas de governo. Os encontros e os documentos nele produzidos representaram, no campo das políticas públicas, a expansão da agenda promovida por um ativismo articulado em torno de identidades sexuais e de gênero, que emergiu a partir da redemocratização do país e consolidou-se no que hoje é conhecido como movimento LGBT (FACCHINI, 2005; GREEN, 2000).

Ainda que sustentada em um posicionamento governamental contraditório, cujo exemplo patente é a declaração presidencial pós-veto ao kit anti-homofobia, essa política, em muitos momentos, assume ares de discurso oficial. Consideradas as suas fragilidades jurídicas e políticas, ainda ocupa o lugar de política estatal, beneficiando seus executores e apoiadores da legitimidade que esse lugar produz. Mesmo com um orçamento irrelevante e um programa de ação limitado, essa política pública educacional segue colocando em questão uma série de práticas e enunciados recorrentes nas escolas, nos quais a ordem de gênero é tensionada por multidões de sujeitos insubmissos (PRECIADO, 2011). O embate discursivo que essa política provocou têm produzido efeitos nos últimos anos, tanto no que diz respeito à garantia do direito à educação de pessoas LGBT, quanto no que se refere à atuação da escola no processo de transformação social das relações de gênero e regulações da sexualidade. Apesar de sua dimensão reduzida, essa política incitou o debate em um incontável número de escolas, produziu impacto nos sistemas de ensino, na produção acadêmica (VIANNA, 2012) e na legislação educacional (BRASIL, 2013), gerando um embate que transbordou a comunidade escolar e as áreas de gestão e que permanece em disputa em diversas arenas públicas.

## 3.2 DEFINIÇÕES

A sigla LGBTI+ mudou ao longo dos anos, a mesma assumiu novas formas para dar visibilidade a diferentes identidades e acompanhar as estratégias politicas do movimento.

Quando pouco mais de 1100 ativistas chegaram à abertura da primeira Conferência de Gays, Lésbicas, Bissexuais e Transexuais do Brasil, em junho de 2008, o movimento que os unia era conhecido, no país, por um acrônimo que, aos ouvidos de 2019, soa estranho: GLBT. Era uma sequência de letras que, na ordem em que apareciam, desagradava Marinalva Santana, então militante da Liga Brasileira de Lésbicas (LBL): —Diziam que a ordem dos fatores não altera o produto‖, conta Marinalva, lembrando das discussões em voga na época. —Para nós, o fato de —gays‖ vir na frente era uma questão simbólica relevante‖.

—Hoje, utilizamos LGBTI+‖, resume, citando o acrônimo adotado pelo Dignidade e pela Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexuais (ABGLT). Com expressão nacional, a ABGLT reúne mais de 300 organizações LGBTI+ — é a maior associação do gênero na América Latina. —O _mais‘ indica que há pessoas com orientações sexuais e identidades de gênero que não aparecem nesse acrônimo,sendo

L e G - Referem-se a —lésbicas‖ e —gays‖. Quando surgiu no Brasil, o movimento LGBTI+ era conhecido como homossexual. Ou, simplesmente, —gay‖. O entendimento, à época, era de o termo podia abrigar diferentes identidades. As lésbicas seriam incluídas na nomenclatura em 1993.

B- São mulheres e homens bissexuais. A letra entrou para a sigla brasileira em 2001. A compreensão de que a bissexualidade é uma orientação sexual é recente: remonta aos anos 1990. Conforme lembra Marinalva Santana, do Matizes, o grupo hoje luta por maior visibilidade, e para desconstruir mal-entendidos — como o que sustenta que pessoas bissexuais seriam, na verdade, gays ou lésbicas indecisas.

T - Transexuais e travestis. Na América Latina, a primeira organização política de transexuais surgiu no Rio de Janeiro em 1992: a Associação de Travestis e Liberados do Rio de Janeiro (Astral). O objetivo do grupo era impedir a prisão indiscriminada de travestis que ocorria na cidade, e se opor à violência policial. A letra foi adicionada à sigla geral do movimento em 1995.

Q - Queers. Entre alguns grupos de ativistas e intelectuais, discute-se se o temor designa um grupo de pessoas ou um campo de estudos (o da —teoria queer‖). As pessoas que se identificam como Queer, de maneira geral, entendem que termos como —lésbica‖ ou —gay‖ são restritivos. Segundo o Manual de Comunicação LGBTI+, o termo é mais comumente utilizado por —pessoas jovens, cuja orientação sexual não é exclusivamente heterossexual‖.

Q - O —Q‖ também pode significar —questionadores‖.

I- intersexuais. São pessoas que nascem com anatomia reprodutiva — ou uma composição de cromossomos — que não pode ser classificada como tipicamente masculina ou feminina. Há casos de genitália ambígua, por exemplo. Com frequência, pessoas intersexo passam por procedimentos cirúrgicos logo ao nascer, para eliminar essa ambiguidade. Antes dos 24 meses de vida, os médicos decidem se a criança será, na aparência, do sexo feminino ou masculino. Muitas relatam não se adaptar ao sexo

designado por meio dessa cirurgia.

A- Assexuais. Pessoas que não se sentem sexualmente atraídas por outros indivíduos. Segundo a Rede de Educação e Visibilidade Assexual (Aven) é importante não confundir assexuais com celibatários: nesse último caso, a pessoa opta por não manter relações sexuais, ainda que se sinta esse desejo. Em algumas formulações da sigla, o A pode ser lido como “aliados”.

P - Aparece em algumas formulações da sigla, e significa pansexuais. —Pan‖ é um termo grego que significa —tudo‖. As pessoas pansexuais se sentem atraídas por outras pessoas independentemente da identidade de gênero ou orientação sexual do parceiro.

2S - Dois espíritos - são nativos norte-americanos que, segundo suas crenças, possuem dois espíritos (masculino e feminino), e desempenham os papéis esperados de ambos os gêneros em suas tribos. O “2S” foi usado pelos organizadores da parada do orgulho LGBTI+ do Canadá durante algumas edições do evento.

## 4. CONCLUSÃO

Começa-se a evidenciar que a discriminação e o preconceito são fatores determinantes no fracasso escolar e na evasão de indivíduos negros, gays, lésbicas, travestis, transexuais, intersexuais e até mesmo estrangeiros.

O reconhecimento de que essa é a realidade com que convivemos e que embora comuns e que muitos casos não ganham visibilidade expressiva e permanecem no anonimato demonstrando que o conhecimento e reflexão sobre a construção social das identidades de gênero e a diversidade sexual devem estar presentes no espaço escolar.

O professor de criatividade brasileiro Murilo Gun cita prontamente em seus cursos e palestras que — As respostas de hoje não resolvem os problemas de o amanhã‖ e ainda que precisamos apagar os estereótipos do bloqueio de gabarito, aquele que nos da sempre uma única resposta correta para a resolução de problemas, então de antemão chamo a atenção de vossos para o momento presente, para o cuidado com o aluno, com os pais e a comunidade, com o ser exemplo e com o respeitar e se colocar no lugar do outro prontamente, pois empatia é justamente o primeiro passo para o respeito.

Aos fins do ano de 2020, prestes a entrarmos na terceira década do século XXI, neste sociedade polarizada, cheia de incertezas, instabilidades sociais , morais e econômicas, os chamo mais uma vez ao momento presente, principalmente os professores e doutrinadores da educação.

O homem nasce somente como uma semente: ela pode florescer ou não. Todos os outros animais nascem instintivamente perfeitos. O homem é o único animal imperfeito, e é por isso que é possível o crescimento e a evolução. A educação é a ponte entre a potencialidade e a realidade. (OSHO, O livro das crianças.

Após esta citação incrível de OSHO, convido a todos os praticantes de doutrinadores do processo educacional a atentar-nos, no simples fato de fazes do presente instrumento de futuro aos nossos filhos, alunos e crianças próximas, doutrinando-as com princípios de empatia, respeito e visão antifóbica.

## 5. REFERÊNCIAS

RIBEIRO, Djamila. O que é lugar de fala? Rio de Janeiro: Letramento, 2017.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE LÉSBICAS, GAYS, BISSEXUAIS,

TRAVESTIS E TRANSEXUAIS. Pesquisa Nacional sobre o Ambiente Educacional no Brasil 2015: as experiências de adolescentes e jovens lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais em nossos ambientes educacionais. Curitiba: ABGLT, 2016.

ANTUNES, Celso. Professores e Professauros: reflexões sobre a aula e práticas pedagógicas diversas. 4ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

BENTO, Berenice. Nome social para pessoas trans: cidadania precária e gambiarra legal. Revista Semestral do Departamento e do Programa de Pós- Graduação em Sociologia da UFSCar, v. 4, n. 1, p. 165, 2014.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Projetos Educacionais Especiais. Diretrizes para uma política educacional em sexualidade. Brasília: MEC/ SEPESPE, 1994.

SOUZA, Jesse. A elite do atraso: da escravidão à lava-jato. São Paulo: Leya,2017.

ARAÚJO, C.; PEIXOTO, L. Tecnologia e educação: algumas considerações sobre o discurso pedagógico contemporâneo. Educação Social, v.33, n.118, p. 253- 268, 2012.

. Conselho Nacional de Combate à Discriminação. Brasil Sem Homofobia: programa de combate à violência e à discriminação contra GLTB e promoção da cidadania homossexual. Brasília: Ministério da Saúde, 2004.

BRAGATO, Fernanda Frizzo. Para além do discurso eurocêntrico dos direitos humanos: contribuições da descolonialidade. Revista Novos Estudos Jurídicos, v. 19, n. 1, p. 201-230, 2014.

. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Conselho Nacional da Educação. Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013.

BROPHY, Jere. History of reserch on classroom management. In: EVERTSON, C. M.; WEINSTEIN, C. S. Handbook of classroom management: research, practice, and contemporary issues. Ney York: Routledge, 2011. Disponível em: < https://eric.ed.gov/?id=ED493767>. Acesso em 20 de Janeiro de 2020.

. Ministério dos Direitos Humanos. Secretaria Nacional de Cidadania. Programa Nacional de Educação Continuada em Direitos Humanos. Curso de promoção e defesa dos direitos LGBT. [Alexandre Bortolini]. Brasília, 2018. Disponível em: . Acesso em: 22 ago. 2018.

GOMES, M.; MARQUES, L.; RODRIGUES, I. O papel do professor na gestão da indisciplina em sala de aula no universo da adolescência. 2012. Disponível em:

<http://propi.ifto.edu.br/ocs/index.php/connepi/vii/paper/view/5555/2808>. Acesso em 10 de Janeiro de 2020.

CARREIRA, Denise. Igualdade e diferenças nas políticas educacionais: a agenda das diversidades nos governos Lula e Dilma. 2015. 508 p. Tese (Doutorado), Universidade de São Paulo. São Paulo, 2015.

JARDIM, T.; MUZARDO, F.; SILVA, F. Gestão da sala de aula na educação básica: estratégias docentes para viabilizar o ensino. 2015. Disponível em:

<https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2015/16716_7541.pdf>. Acesso em 08 de Março de 2020.